



OS LEGADOS DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG E O REGIONALISMO NA ÁSIA DO LESTE

Tales Henrique Nascimento Simões¹

RESUMO

Este trabalho busca lançar luz sobre as adversidades para o desenvolvimento e a evolução contemporânea do regionalismo na Ásia do Leste, a partir da análise dos legados da Conferência de Bandung de 1955. Buscaremos compreender se os ideais, princípios e compromissos selados durante a conferência ainda incidem nas concepções sobre a cooperação regional desse espaço geográfico, questionando sua relevância nos discursos e práticas do novo regionalismo da era da globalização. Uma perspectiva realista e crítica, consubstanciada pelo arcabouço teórico-conceitual da geopolítica e da geografia política, será adotada para a compreensão do desenvolvimento dessas iniciativas regionais. À guisa de conclusão, pode-se assinalar que dentre os princípios emanados da Conferência de Bandung, prevaleceram aqueles atrelados à soberania e à não intervenção dos assuntos internos dos Estados em detrimento dos princípios de solidariedade, cooperação e interesse mútuo, atrasando e impedindo a emergência de instituições regionais mais adensadas na Ásia do Leste, com a prevalência das desconfianças interestatais e das rivalidades históricas, acentuadas pela crescente competição estratégica entre os Estados Unidos e a China nas últimas décadas.

Palavras-chave: Conferência de Bandung; regionalismo; Ásia do Leste; geopolítica; rivalidades históricas.

RESUMEN

Este trabajo busca arrojar luz sobre las adversidades para el desarrollo y la evolución contemporánea del regionalismo en Asia del Este a partir del análisis de los legados de la Conferencia de Bandung de 1955. Buscaremos comprender si los ideales, principios y compromisos acordados durante la conferencia todavía inciden sobre las concepciones acerca de la cooperación regional en este espacio geográfico, interrogando su relevancia en los discursos y prácticas del nuevo regionalismo en la era de la globalización. Se utilizará una perspectiva realista y crítica, basada en el marco teórico-conceptual de la geopolítica y de la geografía política, para comprender el desarrollo de iniciativas regionales en su espacio geográfico. En conclusión, se puede observar que dentro de los principios emanados de la Conferencia de Bandung, prevalecieron aquellos inherentes a la soberanía y a la no intervención en los asuntos internos de los Estados en detrimento de los principios de solidaridad, cooperación e interés mutuo, retrasando y previniendo la emergencia de instituciones regionales más desarrolladas en Asia del Este, donde prevalecen la desconfianza interestatal y las rivalidades históricas, acentuadas por la creciente competencia estratégica entre Estados Unidos y China en las últimas décadas.

Palabras clave: Conferencia de Bandung; regionalismo; Asia del Este; geopolítica; rivalidades históricas.

¹ Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), taleshenrique@usp.br



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo analisar os legados da Conferência de Bandung para o desenvolvimento e a evolução contemporânea do regionalismo na Ásia do Leste. A histórica conferência, realizada em Bandung, na Indonésia, em abril de 1955, reuniu 29 líderes da Ásia e da África com o intuito de dar encaminhamento para questões como a cooperação econômica, a autodeterminação, a descolonização e a paz. Essas ideias contribuíram para a criação do Movimento Não Alinhado e do G-77, amplificando a voz e a inserção internacional dos países do chamado Sul Global. A Conferência de Bandung pode ser considerada ainda uma antessala para as iniciativas regionalistas em ambos os continentes. No Ásia do Leste, espaço geográfico que abordamos, o qual pode ser subdividido entre o Nordeste Asiático e o Sudeste Asiático, os ideais de Bandung ensejaram a criação da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) em 1967, mas nenhuma instituição formal foi conformada no Nordeste Asiático e tampouco entre as duas sub-regiões. O processo de globalização que permeou as distintas regiões do mundo no período do pós-Guerra Fria deu azo para que novos projetos e iniciativas regionais florescessem, a exemplo do MERCOSUL e do NAFTA, e/ou ganhassem maior vigor, conforme corrobora o fortalecimento do regionalismo europeu, com a criação de uma entidade supranacional em 1992, a União Europeia. A Ásia do Leste, contudo, passou ao largo desse ímpeto regionalista, com exceção da ampliação do escopo da ASEAN – que passou a abranger variáveis econômico-comerciais de forma mais enfática.

O objetivo central dessa pesquisa, portanto, reside na recontextualização e na reflexão sobre o significado da Conferência de Bandung e suas implicações políticas para o regionalismo do Ásia do Leste no século XXI. Buscaremos compreender se os ideais, princípios e compromissos selados durante a conferência ainda incidem nas concepções sobre a cooperação regional desse espaço geográfico, questionando sua relevância nos discursos e práticas do novo regionalismo da era da globalização. Ao analisarmos essa relação, deveremos identificar as contradições, desafios e as potencialidades dos legados de Bandung para a governança regional da Ásia do Leste, averiguando quais são os obstáculos que vêm impedindo a região de conformar um



espaço regional de cooperação, concertação e coordenação, de maneira que os Estados possam coexistir e cooperar de modo coeso e harmônico diante das adversidades da geopolítica global.

A partir da análise da região do Leste Asiático, pretendemos contribuir com a ampliação das perspectivas dos estudos da geografia política, com enfoque nas particularidades regionais. Uma perspectiva realista e crítica, consubstanciada pelo arcabouço teórico-conceitual da geopolítica e da geografia política, será adotada para a compreensão do desenvolvimento das iniciativas regionais nesse espaço geográfico. Para isso, faremos uso de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo que abranja igualmente autores da própria região. Entendemos que, ao darmos preeminência às interpretações dos próprios atores regionais, será possível identificar outros prismas para uma compreensão mais abrangente sobre o tema. Isso não significa desprezar ou considerar de somenos a ótica euro-amerocêntrica, mas implica conferir relevância para perspectivas distintas nas análises das conjunturas geopolíticas que se manifestam em outras regiões do mundo, contribuindo para a valorização dos saberes emanados de outros povos e regiões.

Desde a Conferência de Bandung em 1955, a qual engendrou novas relações de cooperação entre os países asiáticos e africanos durante as eras colonial e pós-colonial, muitos estudos foram publicados e muitos cenários foram projetados com o objetivo de compreender os significados da iniciativa e suas implicações para os cenários estatais e regionais e para o próprio sistema internacional. No entanto, com relação ao regionalismo na Ásia do Leste, poucos estudos foram produzidos para interrogar como os legados de Bandung permeiam e influenciam as relações interestatais na região na contemporaneidade. À guisa de justificativa, portanto, estamos interessados em compreender como os princípios e ideais dessa histórica conferência se adaptam, convergem ou divergem dos imperativos da globalização econômica.

Ao nos interrogarmos sobre a retórica emanada da Conferência de Bandung e sua continuidade no pensamento dos líderes asiáticos e africanos, será possível avaliar se o espírito e a ideologia associados à conferência podem ainda ser instrumentalizados para a construção de um movimento cooperação que incida sobre o estreitamento de relações entre os Estados da Ásia do Leste ou se esses ideais se perderam ao longo do caminho, sendo a conferência relegada a uma conjuntura específica, atrelada ao processo de descolonização e de solidariedade entre os povos. A possibilidade de



reivindicar a retórica de autodeterminação, descentralização, nacionalismo, não alinhamento e independência e reinseri-la em um mundo em que as assimetrias de poder são cada vez mais acentuadas pela liberalização econômica e pela intensa competição entre os Estados são alguns dos empecilhos com os quais se defrontam esses Estados. Além disso, entendemos haver quatro principais motivos na contemporaneidade que embaraçam a conformação de iniciativas regionais politicamente mais institucionalizadas, isto é, não meramente enfocadas em questões comerciais: (1) A manutenção e a centralidade dos princípios da ASEAN no tabuleiro geopolítico regional; (2) a ascensão e assertividade da China no plano regional e global; (3) o reposicionamento geoestratégico dos Estados Unidos na região; e (4) as históricas e renitentes rivalidades entre os países da Ásia do Leste. Além desta introdução e das considerações finais, esse trabalho apresenta os resultados e discussões em duas partes: a primeira discute a Conferência de Bandung e o regionalismo na arquitetura regional da Ásia do Leste e a segunda analisa os entraves hodiernos para formar, avançar e consolidar os mecanismos regionais. À guisa de conclusão, pode-se assinalar que dentre os princípios emanados da Conferência de Bandung, prevaleceram aqueles atrelados à soberania e à não intervenção dos assuntos internos dos Estados em detrimento dos princípios de solidariedade, cooperação e interesse mútuo, atrasando e impedindo a emergência de instituições regionais mais adensadas na Ásia do Leste, com a prevalência das desconfianças interestatais.

1. A CONFERÊNCIA DE BANDUNG E A ARQUITETURA REGIONAL NA ÁSIA DO LESTE

Considerando que as transformações engendradas pelo processo de globalização acarretaram importantes reestruturações nas interações espaciais que incidem sobre a organização multiescalar do espaço, novas relações entre os poderes político, econômico e estratégico com o território passaram a se manifestar, sobretudo no âmbito regional. Compreender as idiosincrasias, os percalços e a evolução das interações interestatais em uma ordem em que os interesses nacionais e os desafios geopolíticos penetram fortemente nas relações de conflito e cooperação nas regiões faz-se cada vez mais imperativo para o entendimento da política internacional. Do mesmo modo, faz-se necessário compreender como coexistem as diversas rivalidades geopolíticas em uma



comunidade internacional cada vez mais interdependente, em que a porosidade das fronteiras e a fluidez de pessoas, bens, serviços e capitais encontram-se com os renitentes princípios da soberania nacional e da não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados.

A realidade da política internacional contemporânea e a crescente proeminência das ordens regionais não podem ser devidamente analisadas sem a compreensão de elementos históricos que subsistem na ordem geopolítica global e que moldam, em maior ou menor grau, as relações interestatais e os mecanismos de coexistência e cooperação, bem como as hostilidades e tensões presentes no seio dessas mesmas relações. Nesse sentido, resgatar os legados da Conferência de Bandung mostra-se necessário para a compreensão dos (poucos) avanços e dos (diversos) entraves à conformação de um regionalismo que contribua para fortalecer a integração, o desenvolvimento e a prosperidade na Ásia do Leste.

A histórica conferência, realizada em abril de 1955 em Bandung, na Indonésia, reuniu 29 líderes da Ásia e da África para a discussão de questões como cooperação econômica, autodeterminação, descolonização e paz, capitaneada pelos líderes da China, Indonésia, Índia, Paquistão e Mianmar. Para Lumumba-Kasongo (2015), o principal objetivo da conferência seria apoiar as reivindicações relacionadas à multipolaridade, em que a ideologia e a geopolítica teriam um papel essencial para a reconfiguração da política internacional que vigorava durante a Guerra Fria. Com efeito, o encontro dos líderes africanos e asiáticos propiciou a oportunidade para que vozes anteriormente silenciadas pudessem ser ouvidas de modo igualitário, sem imposições ou condições, entre Estados mais fortes e mais fracos do ponto de vista político e/ou econômico.

Os participantes da Conferência de Bandung, embora política, cultural e economicamente heterogêneos, forjaram compromissos comuns para seus problemas internos. Certamente os Estados africanos e asiáticos não tinham as mesmas aspirações, agendas e expectativas quando se engajaram uns com os outros, uma vez que a obtenção de sua independência política, projeção internacional e desenvolvimento socioeconômico era particular a cada país. Os discursos e entendimentos emanados na conferência permitiram que ela fosse reconhecida como um verdadeiro símbolo de unidade e (re)aproximação entre os Estados. A declaração universal delineada pelos líderes presentes expressava fortes manifestações em prol da descolonização e da



manutenção das liberdades recém-adquiridas pelos processos de independência nacional, bem como da necessidade de avançar no desenvolvimento econômico de seus povos (AMPIAH, 1997).

É importante ressaltar que a Conferência de Bandung ocorreu em meio às tensões entre os Estados Unidos, a União Soviética e – em menor intensidade – a China. Ao mesmo tempo, brotavam naquele período histórico movimentos nacionalistas e de resistência popular aos imperialismos e relações de dependências que havia não apenas com as superpotências como também com os países europeus – que conformavam grande parte das antigas metrópoles. Portanto, a conferência emergiu como um alicerce da solidariedade e cooperação entre os países asiáticos e africanos, que lutavam contra a dominação política e econômica dos países do Norte e buscavam superar as condições de subalternidade geopolítica e geoeconômica imposta ao Sul Global.

Não surpreende que as potências ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, tenham se mostrado reticentes à conferência, receando uma potencial perda do prestígio dos valores ocidentais e sua substituição pelos ideais comunistas. Amitav Acharya (2014) ressalta que os Estados Unidos receavam que a conferência fosse instrumentalizada pela China para aumentar o prestígio dos comunistas entre os países que ainda não haviam formalmente se comprometido com o bloco ocidental ou com o bloco comunista. Os temores de que a Conferência de Bandung enfraqueceria valores universais, contudo, eram completamente infundados, revelando, na realidade, apreensões afeitas às rivalidades e maniqueísmos geopolíticos do conflito bipolar da Guerra Fria.

Se Bandung forneceu oportunidades para a discussão de problemas estruturais e para arquitetar mecanismos e iniciativas de cooperação dos países da Ásia e da África contra as condições adversas por eles enfrentadas, a conferência frustrou as expectativas daqueles que buscavam a conformação e a institucionalização de iniciativas regionais na Ásia do Leste como meio de superação das estruturas econômicas e geopolíticas perniciosas que se abatiam sobre parte considerável dos países da região. Com a notável exceção da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), criada em 1967, nenhum projeto regional institucionalizado foi formado na Ásia do Leste. Resta claro que o regionalismo não logrou se enraizar na Ásia do Leste e que as manifestações regionalistas existentes carecem do grau de institucionalidade encontrado em outras iniciativas regionais, embora os ideais delineados e enaltecidos pela Conferência de



Bandung encorajassem a criação de mecanismos de cooperação entre os Estados em suas dimensões regionais e mesmo interregionalmente entre asiáticos e africanos.

O regionalismo asiático pode ser compreendido pelo seu desenvolvimento em duas etapas. A primeira delas, que remete à década de 1950, no bojo do processo de descolonização e independência política de muitos Estados da região, refere-se à promoção de um regionalismo mais centrado em questões de segurança mediante a defesa coletiva e o princípio de não intervenção, em sintonia com a rejeição da dominação ocidental, imbuída em sentimentos nacionalistas. A formação da ASEAN é bastante ilustrativa para a compreensão dessa primeira etapa. Criada em 1967, no contexto de crescente rivalidade entre as duas superpotências e da Guerra do Vietnã, a ASEAN constituiu o primeiro organismo regional asiático disposto a lidar com uma miríade de questões envolvendo interesses e objetivos comuns (ACHARYA, 2013).

Diante das apreensões sobre um potencial espraiamento do comunismo pela região, acentuada pela Guerra do Vietnã (1954-1975), a preocupação com a segurança interna, a soberania territorial e a legitimidade política foi um dos principais marcos a balizar a postura e as decisões dos países do Sudeste Asiático concernente aos arranjos regionais, de modo que a adoção de princípios como a flexibilidade, a obtenção de consensos e a fraca institucionalização tornar-se-iam a tônica dos mecanismos de cooperação na região (SIMÕES, 2020). Ressalte-se que o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, de 1976, retoma e reforça alguns dos princípios emanados da Declaração sobre a promoção da paz e da cooperação da Conferência de Bandung, sobretudo o respeito pela soberania e integridade territorial, a não interferência nos assuntos internos dos outros países, a solução pacífica de controvérsias e a renúncia à ameaça e ao uso da força.

O fim da ocupação vietnamita no Camboja, que durou de 1979 a 1989, revigorou a imagem da ASEAN para a condução dos problemas regionais, com enaltecimento do princípio da não intervenção como promotor da estabilidade regional e, por conseguinte, das relações interestatais. A retirada das tropas do Vietnã, ademais, simbolizou o ocaso da Guerra Fria para o Sudeste Asiático (ACHARYA, 2013), concomitantemente à queda do muro de Berlim e à posterior débâcle da União Soviética, dando azo para a segunda etapa do regionalismo asiático, situada na década de 1990.

Embora Andrew Hurrell (1995) considere que as tendências políticas do regionalismo tenham emergido a partir da segunda metade do século XX, com as



experiências europeias na ponta de lança desse processo, foi a superação da realidade congelada pelos anos de Guerra Fria que permitiu às regiões alcançarem um nível maior de autonomia, fortemente centrados na seara econômica, conquanto as questões securitárias não tenham sido relegadas a segundo plano. Nessa conjuntura, o avanço avassalador da globalização econômica e das políticas neoliberais, que exigiam a adoção de medidas de abertura comercial e liberalização das economias, norteou com vigor as instituições regionais, desde as mais recentes até as mais remotas. A interdependência econômica na Ásia nos anos 1980 e 1990, galvanizada pelas redes de produção do Japão e depois pela rápida integração da economia chinesa nesse sistema, contribuiu igualmente para uma demanda de instituições regionais. Os diversos acordos bilaterais de livre-comércio na Ásia do Leste com Estados do seu entorno geográfico e, principalmente, com parceiros extrarregionais, e a criação da Área de Livre-Comércio da ASEAN, em 1992, ilustram as novas configurações do cenário regional, que também têm como destaque o processo de abertura e expansão dos membros da ASEAN, que de cinco membros passaram a dez².

No entanto, os esforços envidados pelos países da região para manterem relativamente estáveis e funcionais os princípios do respeito à soberania nacional, a não intervenção e o interesse nacional impediram a constituição de mecanismos de integração regional mais complexos e profundos, imperando um multilateralismo menos formal e institucionalizado em comparação com outras iniciativas regionais pelo mundo. As instituições regionais criadas na Ásia do Leste desde o fim da Guerra Fria apresentavam um relevante ponto em comum, o ASEAN-centrismo, isto é, todas foram criadas como um desdobramento ou ramificação da ASEAN. Por conseguinte, essas instituições abraçaram os princípios da chamada “*ASEAN Way*”, que consiste na adoção da flexibilidade institucional, na criação de consensos e em um processo decisório bastante informal, que limitavam o adensamento e uma institucionalização mais rigorosa e coesa dos mecanismos de cooperação na região. Consonante Acharya (2016), a natureza de interações não coercivas e não legalistas entre os Estados, baseada na informalidade e no consenso, teria sido claramente emanada da Conferência de Bandung.

² Os cinco membros originais quando da formação da ASEAN, em 1967, eram Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia e Filipinas. A partir de meados dos anos 1990, a organização aprovou a adesão de Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja, além do Brunei, que havia aderido em 1984, após sua independência do Reino Unido.



Certamente, a ordem mundial no pós-Guerra Fria reflete diferentes formas e padrões de regionalismos, envolvendo interesses semelhantes e percepções de ameaças comuns entre os Estados involucrados em instituições regionais, sendo possível referir-se a regionalismos distintos e não monolíticos (KIM, 2004). Uma perspectiva liberal das Relações Internacionais considera que as instituições regionais são importantes não apenas porque constituem arranjos multilaterais que encorajam o desenvolvimento comercial, financeiro e econômico dos Estados membros, mas porque podem contribuir para a estabilidade, ancorando expectativas e proporcionando um ambiente de paz e prosperidade. Segundo Robert Keohane (2011), a importância das instituições internacionais reside na capacidade de afetar o comportamento dos Estados ainda que os objetivos por eles almejados não sejam sempre alcançados. Embora os Estados não sejam constantemente limitados pelas instituições regionais, eles não ignoram as consequências de suas ações ou o poder dos demais Estados. No caso das instituições de segurança, seu mérito está concatenado à existência de importantes interesses nacionais em jogo, de modo que, para aumentar sua segurança ou neutralizar ameaças de outros Estados, os países podem aumentar suas próprias capacidades por meio de mecanismos de cooperação interestatal (LAKE, 2001). No que diz respeito às instituições econômicas, os Estados igualmente reconhecem que as pressões advindas da globalização são mitigadas mediante a cooperação entre os Estados (HURRELL, 1995).

A formação e a evolução das instituições regionais na Ásia do Leste refletem as diferentes posições e perspectivas dos países da região. Na esfera econômica, a emergência de sua primeira instituição, a APEC (Cooperação econômica da Ásia-Pacífico), ainda em 1989, evidenciava que a construção de mecanismos institucionais compostos exclusivamente por Estados da região seria uma tarefa árdua. A inclusão de países como Estados Unidos, Canadá, Rússia, Austrália e de outras economias que margeiam o Oceano Pacífico, mostraria os limites para a criação de uma organização voltada para solucionar os problemas da região. A APEC não avançaria para além de encontros anuais com o objetivo de derrubar barreiras comerciais transfronteiriças.

Na área da segurança, a situação não se mostrou muito diferente. O Fórum Regional da ASEAN (ARF), criado em 1994, reuniu todos os países que mantinham algum grau de engajamento com o Sudeste Asiático em torno da promoção de diálogo e consultas em questões político-securitárias. Se, por um lado, é possível enaltecer o



fórum como importante arena de discussões sobre a paz e a cooperação entre as grandes potências regionais e globais, como Estados Unidos, União Europeia, China, Rússia, Japão, Índia, por outro lado – e a exemplo da APEC –, ela não pode ser propriamente considerada uma instituição regional, por limitar-se a proporcionar encontros e reuniões entre seus membros. Seus recursos humanos e financeiros mostram-se insuficientes para a manutenção de uma secretaria, com claro prejuízo à institucionalidade e à coesão interestatal.

Em 1997, a eclosão da crise financeira asiática evidenciou o insuficiente nível de coordenação e cooperação entre os Estados da Ásia do Leste para fazer frente às dificuldades econômico-financeiras que atingiram fortemente a região depois da adoção entusiasmada da agenda neoliberal. A ASEAN e a APEC se mostraram claramente impotentes para coordenar ações entre os Estados. Os países da região expressaram certo ressentimento para com os países ocidentais por não terem lhes prestado socorro financeiro quando mais precisavam, sobretudo após o Fundo Monetário Internacional (FMI) ter recomendado medidas de austeridade draconianas à Coreia do Sul e à Tailândia (STUDWELL, 2013).

Em contraposição a esse cenário adverso, Kim (2004) percebe a crise financeira asiática como um catalisador da cooperação econômica entre a ASEAN e as potências do Nordeste Asiático (China, Japão e Coreia do Sul) em torno da ASEAN+3. Com efeito, esse engajamento permitiu a recuperação dos valores de solidariedade e cooperação entre os países da região emanados da Conferência de Bandung, de modo a prevenir e proteger os Estados de outra crise dessa magnitude. Mais focado inicialmente em questões de ordem financeira, o arranjo foi paulatinamente se expandindo em direção a novos níveis de cooperação, inclusive política, social e cultural, chegando a discutir questões como a proliferação nuclear na Coreia do Norte e o terrorismo. Entretanto, a ASEAN+3 consiste ainda em um mecanismo informal, sem secretariado independente, e que basicamente promove diálogos em prol da cooperação.

De qualquer modo, a ASEAN +3 foi um passo importante para a criação, em 2005, da Cúpula da Ásia do Leste (EAS), pensada como um instrumento determinante para, enfim, propiciar a emergência de uma comunidade regional. Ocorre que, como explica Yeo (2018), os embates no seio da Ásia Leste concernentes à adesão de membros extrarregionais constituiu a tônica das instituições criadas no pós-Guerra Fria, em que se disputava entre um agrupamentos circunscrito aos países geograficamente



localizados na região – interpretado como um desejo de reduzir a influência dos Estados Unidos e do Ocidente – e um modelo mais abrangente, que neutralizasse a capacidade de poder e de influência de uma China em ascensão. Este último modelo sagrar-se-ia preponderante na Cúpula da Ásia do Leste, com a participação de Estados Unidos, Rússia, Austrália, Nova Zelândia e Índia. Além disso, as diferenças sobre a estruturação da cúpula envolveriam o receio da ASEAN de perder sua centralidade na condução das instituições regionais, de modo que os princípios por ela defendidos, consubstanciados na “*ASEAN Way*” foram igualmente adotados. Ao fim e ao cabo, a EAS tornou-se mais um fórum de diálogo sobre questões de interesse comum nas esferas política, econômica e estratégica, voltada para promover a paz, a segurança e prosperidade econômica na região. Embora tenha se tornado o principal palco para questões de segurança e defesa, transcendendo o Fórum Regional da ASEAN, a EAS não evoluiu para além disso.

Mais recentemente, dois arranjos econômico-comerciais foram acordados na região, com possibilidade de alterar a correlação de forças geopolítica na Ásia em função da não participação dos Estados Unidos. O Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP), inicialmente proposto pelos líderes estadunidenses para responder à ascensão da China, encontrou-se em uma encruzilhada pela retirada dos EUA no início do governo Donald Trump (2017-2020), embora tenha sido levado adiante pelos onze membros restantes, liderados pelo Japão, para o estabelecimento da liberalização comercial. A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), criada em novembro de 2020, envolve, do mesmo modo, um sistema de comércio aberto, de abertura gradual das economias e retirada de barreiras tarifárias e não tarifárias entre seus membros. Todavia, esse arranjo, envolvendo a ASEAN+3, Austrália e Nova Zelândia, revela um trunfo diplomático e geoeconômico da China para aumentar sua esfera de influência na região e um potencial para colher ganhos estratégicos de longo-prazo na ausência da interferência dos Estados Unidos. Para seu competidor estratégico global, a ausência nos dois arranjos comerciais sinaliza a necessidade de prementes ajustes em sua inserção na região, diante da perda relativa de sua influência econômica, da proeminência da China em acordos multilaterais regionais e da crescente maturidade da ASEAN (PETRI; PLUMMER, 2020).



2. OS OBSTÁCULOS AO REGIONALISMO DA ÁSIA DO LESTE

A arquitetura institucional vigente na Ásia do Leste reflete o empreendimento de políticas de poder geopolítico relativamente ultrapassadas, cujos cálculos e projeções ocorrem ainda atrelados a uma mentalidade semelhante à correlação de poder dos anos de Guerra Fria. O estabelecimento de organizações regionais efetivas é um dos principais desafios da ordem geopolítica e geoeconômica da Ásia do Leste, embora as relações econômico-comerciais entre os Estados da região apresentem um grau elevado de interação e cooperação.

Se, de acordo com Lake e Morgan (2010), as regiões converteram-se nos elementos mais relevantes para a política internacional, uma vez que os conflitos tenderam a circunscreverem-se no plano regional com o fim da Guerra Fria, as assimetrias de poder, contingentes às relações interestatais, são potencializadas pelas interações e arranjos políticos e econômicos, decorrentes do processo de globalização e da interdependência entre os Estados. Ao argumentar que “uma verdadeira geografia só poder ser uma geografia do poder ou dos poderes”, Claude Raffestin (1993, p. 17) indica que o poder pode incidir na organização e estruturação do espaço e da sociedade, de maneira que seu exercício pelas grandes potências engendra transformações – por vezes paradigmáticas – sobre as redes e as políticas territoriais em uma determinada região, com efeitos tangíveis sobre os atores e as dimensões geopolíticas.

Uma das características mais significativas da Ásia do Leste refere-se à presença de instituições dotadas de modesta efetividade e pulverizado poder geopolítico, sobretudo em comparação com suas contrapartes na Europa e nas Américas. As experiências de organizações regionais, como a ASEAN, APEC, Fórum Regional da ASEAN (ARF), ASEAN+3 e a Cúpula da Ásia do Leste (EAS), corroboram a percepção de que a efetividade institucional enfrenta sobressaltos expressivos entre os países da região. O histórico geopolítico da Ásia do Leste tem sido marcado pela emergência de Estados caracterizados por uma ampla diversidade em termos de formas de regimes, orientações ideológicas e espaços institucionais, em razão, sobretudo, de sua heterogeneidade étnica, religiosa e cultural, dos distintos padrões de desenvolvimento econômico, das diferentes experiências coloniais e das consequências irregulares dos conflitos do período da Guerra Fria.



Nesse cenário, as questões relativas à seara da geopolítica mostram-se importantes obstáculos para a emergência e/ou a consolidação do estreitamento político e securitário, sobretudo quando comparadas aos mecanismos de cooperação econômico-comercial, em especial diante da ascensão da influência da China como potência. Diante disso, assinalamos os quatro principais motivos de ordem geopolítica na contemporaneidade que atuam como verdadeiros entraves à conformação de iniciativas regionais mais densas e institucionalizadas na Ásia do Leste: (1) A manutenção e a centralidade dos princípios da ASEAN no tabuleiro geopolítico regional; (2) a ascensão da China no plano regional e global; (3) o reposicionamento geoestratégico dos Estados Unidos na região; e (4) as históricas e renitentes rivalidades entre os países da Ásia do Leste.

A manutenção e a centralidade dos princípios da ASEAN no tabuleiro geopolítico regional consistem no primeiro obstáculo ao regionalismo na Ásia do Leste. As instituições criadas sob os auspícios da ASEAN abraçaram os princípios e parâmetros que norteiam a organização, assentados na informalidade, na flexibilidade e no fraco adensamento institucional. Nesse diapasão, não lograram transcender sua função como fórum de consulta e diálogo, limitando o desenvolvimento de mecanismos de cooperação política, socioeconômica, cultural e securitária. Ao permitirem a prevalência do respeito à soberania e à não interferência nos assuntos internos dos Estados sobre outros princípios emanados de Bandung, como a solidariedade, a equidade entre os Estados e a cooperação, os países da região restringiram a capacidade de atuação e alcance dos arranjos criados para fortalecer as relações interestatais. A relutância em aceitar a relativização das soberanias nacionais, considerada um constrangimento inaceitável à sua autonomia, está associada à aquiescência dos Estados da região à centralidade da ASEAN, porquanto a organização, formada por países pequenos e médios, é considerada um árbitro mais neutro do regionalismo na Ásia do Leste, justamente por preconizar a adesão às normas de soberania que não ameaçam os imperativos domésticos dos Estados membros (YEO, 2018).

O segundo obstáculo refere-se à crescente assertividade geopolítica da China, sobretudo em seu entorno regional. O rápido crescimento da econômica chinesa consiste na força motriz da atual transição de poder do Atlântico Norte para a Ásia do Leste, tornando o mundo cada vez mais asiocêntrico. As economias da região, certamente, vêm usufruindo da pujança econômico-comercial da China, sobretudo as economias dos



países menores, que vêm a reboque do crescimento chinês. Três décadas após o início das reformas econômicas na China terem logrado considerável êxito com o crescimento e o desenvolvimento chinês levaram Giovanni Arrighi (2008, p. 528) a vaticinar a emergência de “uma nova Bandung”, centrada na China e na Índia, cujo fortalecimento econômico poderia corrigir os desequilíbrios de poder entre o Norte e o Sul global e sobrepujar as políticas neoliberais do Consenso de Washington. A maior interdependência criada na esteira da econômica chinesa deveria implicar um estreitamento das relações interestatais que incluiria o plano multilateral.

Os principais interesses do governo chinês residem na manutenção da integridade do território chinês e na promoção de um rápido crescimento e modernização do país. Sua inserção internacional, que busca expandir sua influência geopolítica na região, lastreia-se nesses interesses (IKENBERRY, 2016). Nesse sentido, a instrumentalização de seu poder econômico em pretensões geopolíticas de longo prazo permite o exercício de maior influência e controle em seu entorno geográfico estratégico. Iniciativas recentes, como a Nova Rota da Seda – um megaprojeto de infraestrutura e investimentos em países da Ásia, África e Europa –, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, sediado em Xangai, e a adesão à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) são expressões da projeção regional e global da China, que vêm atraindo muitos Estados para sua órbita de influência, com repercussões paradigmáticas na correlação de poder global. Sua crescente competição estratégica com os Estados Unidos está enredada nessa reconfiguração geopolítica.

No entanto, apesar do estreitamento das relações econômicas da China com os demais países da Ásia do Leste, houve reações distintas à sua assertividade, sobretudo em relação ao fortalecimento e modernização de seu poder militar, particularmente o poder naval. Apesar dos esforços para assegurar que se trata de uma ascensão pacífica, as mudanças no comportamento da China, consubstanciadas na maior assertividade de sua projeção internacional, sobretudo após a chegada de Xi Jinping ao poder em 2013, despertam inquietações nos países da região. Nesse contexto, são muito emblemáticas as ações mais resolutas e pronunciamentos chineses com relação às reivindicações marítimas no Mar do Sul da China – que envolve disputas marítimas entre China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei –, no Mar do Leste da China, em disputa com o Japão pela posse das ilhas Senkaku/Diaoyu. Ademais, a questão de Taiwan,



arquipélago considerado pela China como uma província rebelde e, portanto, alvo de reintegração ao território chinês, e a potencial dependência econômica engendrada pelos investimentos e financiamentos chineses são motivos adicionais para as apreensões e desconfiança com a potência regional. Diante desse quadro, um engajamento político, econômico e/ou securitário mostra-se comprometido, com prejuízos à institucionalidade da Ásia do Leste.

O terceiro obstáculo, o reposicionamento estratégico dos Estados Unidos na região, está, em grande medida, atrelada à ascensão chinesa. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA vêm exercendo um papel determinante na ordem geopolítica da Ásia do Leste. Essa ordem esteve basicamente atrelada às suas disposições econômicas e militares na região, onde foi capaz de atuar como *hegemon*, sobretudo ao lastrear sua estratégia a um sistema de alianças militares com países como Japão, Coreia do Sul, Tailândia e Filipinas. Em contraposição ao que ocorrera na Europa do pós-guerra, quando os EUA estimularam a integração regional para fazer frente à expansão e influência da União Soviética, a conjuntura geopolítica na Ásia do Leste levaria os líderes estadunidenses a adotarem a estratégia de pulverizar a região de acordo com as linhas divisórias da Guerra Fria, com vistas a manter a dependência estratégica da região sob seus auspícios (BEESON; LEE-BROWN, 2017). Nesses termos, uma institucionalização regional seria claramente inconcebível ao longo da Guerra Fria.

O fim da Guerra Fria não trouxe grandes alterações ao papel hegemônico dos EUA na região e à promoção de seus interesses. A promoção do internacionalismo liberal, por meio de um sistema de alianças bilaterais, vem sendo praticada desde o período do pós-Segunda Guerra Mundial (WALT, 2018). Como *hegemon*, os EUA consideram-se defensores da ordem em vigor e da estabilidade regional, procurando manter sua liderança e sua presença na Ásia do Leste (HE, 2018). A ascensão da China como desafiante à preservação dessa ordem liderada pelos EUA gerou a necessidade de um reposicionamento estratégico na região. Com efeito, a competição estratégica entre as grandes potências globais, notadamente entre a China e os Estados Unidos, é um dos marcos da geopolítica contemporânea. No conturbado cenário da política internacional do século XXI, essa competição abrangente e complexa entre os dois países compreende uma variedade de domínios – comércio, segurança, ideologia, valores, tecnologia, diplomacia, entre outros – que se expande pelas regiões do mundo, ainda



que em distintas intensidades em suas interações, e em instituições multilaterais da governança global (SHAMBAUGH, 2020).

Na Ásia do Leste, o reposicionamento estratégico dos EUA é interpretado como um movimento em direção à contenção da influência regional chinesa. A utilização de elementos de poder material, ou seja, sua força militar e econômica, e de seu poder ideacional, mediante o exercício de seu *soft power*, busca a perpetuação de uma ordem em que os Estados gravitam em torno dos valores e interesses estadunidenses. Na perspectiva chinesa, identifica-se uma política estratégica cujo objetivo é limitar a ascensão da China por meio do fortalecimento de alianças militares e do estreitamento de relações políticas e econômicas com os países em seu entorno geográfico. Movimentos recentes, como a reativação do QUAD (Diálogo de Segurança Quadrilateral), um grupo informal para tratar de questões securitárias no Indo-Pacífico – com Japão, Índia e Austrália – e a assinatura do AUKUS, pacto militar entre EUA, Reino Unido e Austrália, que prevê a construção de submarino de propulsão nuclear pelos australianos, reforçam a percepção de contenção do avanço da China na região.

Nesse cenário de competição estratégica pela influência de países médios e pequenos, John Ikenberry (2015) percebe a delimitação de uma configuração geopolítica na Ásia do Leste marcada pela materialização de duas hierarquias. A primeira seria a hierarquia de segurança, liderada pelos EUA, enquanto a segunda seria a hierarquia econômica, dominada pela China. De fato, para muitos Estados da região, sobretudo aqueles geopoliticamente mais frágeis no Sudeste Asiático, o engajamento estratégico dos EUA é aceito e ansiado como forma de reequilibrar o poder regional diante das apreensões oriundas da ascensão e da assertividade da China em seu entorno geográfico (SHAMBAUGH, 2020). Essa dicotomia geoestratégica e a competição sino-estadunidense, portanto, mostram-se claramente perniciosas para os esforços em prol do regionalismo e da maior institucionalização dos mecanismos de cooperação existentes na Ásia do Leste.

Por fim, o quarto e último obstáculo consiste na existência das históricas rivalidades, ressentimentos e hostilidades entre os países da região. Aos conflitos militares de grande porte entre os países da Ásia do Leste desde o final do século XIX, como a guerra sino-japonesa de 1895, a guerra civil na China e o neocolonialismo do Japão imperial durante a Segunda Guerra Mundial, somaram-se novas conflagrações bélicas com a emergência da Guerra Fria. Kim (2004) ressalta que nenhuma outra



região se compara à Ásia do Leste em termos de fatalidades nesse período, tendo se tornado o mais proeminente palco de mortes desde 1945, pois abrigou não apenas conflitos de larga escala, como as guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1954-1975), mas também confrontos internos, como o genocídio do Khmer Vermelho no Camboja e a perseguição sangrenta aos comunistas no governo do General Suharto na Indonésia, que fizeram milhões de vítimas.

Mesmo na configuração geopolítica do pós-Guerra Fria, a conjuntura securitária continuou complexa e temerária. As hostilidades interestatais perduraram e a elas somaram-se desafios oriundos das “novas ameaças” na segurança internacional, como o narcotráfico e o terrorismo, que envolveriam atores não estatais. Para Evelyn Goh (2013), quatro conflitos podem ser vistos como os mais críticos na região: as disputas marítimas no Mar do Sul da China e no Mar do Leste da China e os conflitos em torno da península coreana e dos estreitos de Taiwan. Este último, segundo a autora, tem sido considerado como o detentor do maior potencial de desencadear uma guerra entre grandes potências desde 1950.

Tensões intermitentes entre Coreia do Sul e Japão, duas potências econômicas no Nordeste Asiático, estão enraizadas em uma rivalidade histórica que envolve conquista colonial e conflitos armados, a qual continua a balizar sentimentos nacionalistas em ambos os países. A cooperação estratégica bilateral encontra-se constantemente ameaçada por desavenças em torno das ilhas Dokdo/Takeshima, atualmente ocupadas pelos sul-coreanos (CHOONG, 2020). Pairam igualmente nas tensões entre os Estados as dificuldades para solucionar questões de justiça histórica, como a compensação a vítimas da guerra, em particular as chamadas “mulheres de conforto”, coreanas escravizadas sexualmente pelos japoneses. As desavenças com relação a essas reparações legadas pela colonização da Coreia entre 1910 e 1945 enredam os dois países, desde 2018, em um conflito diplomático e comercial, com efeitos deletérios sobre sua cooperação estratégica. Além disso, a Coreia do Sul enfrenta atritos com a China em torno das provocações militares norte-coreanas. As respostas chinesas são consideradas insuficientes pelos vizinhos ao sul. Apesar da sólida cooperação bilateral, a decisão da Coreia do Sul de implantar um sistema de defesa antimíssil THAAD com os EUA causou fricções entre os países. Do mesmo modo, a possibilidade de rearmamento do Japão, para supostamente responder aos desafios da ascensão chinesa e da nuclearização norte-coreana, despertou apreensões e desconfianças por toda a região,



temerária do reavivamento do militarismo japonês e do imperialismo predatório que levou à dominação territorial no âmbito da Esfera de co-prosperidade da Grande Ásia Oriental.

As tensões regionais são frequentemente agravadas por disputas territoriais entre os Estados, cujas raízes estão na arbitrariedade na delimitação de fronteiras legada pelos colonizadores. O conflito mais latente envolve a reivindicação filipina pelo território de Sabah, pertencente atualmente à Malásia. Nas últimas décadas, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) julgou diversos atritos territoriais entre os Estados do Sudeste Asiático, mas a implantação de suas decisões nem sempre transcorre de forma harmoniosa.

O mosaico étnico que compõe os Estados da região impõe desafios por parte de grupos étnicos, nacionais e religiosos em busca de autonomia ou independência. Os movimentos separatistas constituem um dos principais obstáculos para a estabilidade regional. Os problemas em Xijiang e no Tibete para a China, o movimento Aceh e a Papua Oriental para a Indonésia, a Frente Moro de Libertação Nacional nas Filipinas, o grupo étnico dos Patani Malay na Tailândia e a miríade de movimentos étnicos autonomistas em Mianmar são alguns exemplos das adversidades para a coesão territorial e a articulação do espaço político desses países, considerados imperiosos pelos pais fundadores da Geopolítica Clássica (COSTA, 2013). A cooperação entre os Estados para dar encaminhamento a essas questões, no entanto, passa ao largo dos desafios enfrentados. As desconfianças estratégicas e os sentimentos nacionalistas pronunciados imperam e entram as possibilidades de promover uma institucionalização política, econômica, cultural e securitária na Ásia do Leste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e à guisa de conclusão, pode-se assinalar que dentre os princípios emanados da Conferência de Bandung, prevaleceram aqueles atrelados à soberania e à não intervenção dos assuntos internos dos Estados em detrimento dos princípios de solidariedade, cooperação e interesse mútuo, atrasando e impedindo a emergência de instituições regionais mais adensadas na Ásia do Leste, com a prevalência das desconfianças interestatais. Embora a conferência reconhecesse a necessidade de desenvolvimento econômico e expressasse o desejo de promover a cooperação econômica, social e cultural ao mesmo tempo em que eram preservadas as



autonomias dos Estados, a dificuldade de desenvolver instituições regionais consistiu em um dos seus principais fracassos.

A história dos Estados da Ásia do Leste revela uma estrutura geopolítica, econômica e estratégica complexa, envolvendo distintas perspectivas culturais e visões regionais muitas vezes incompatíveis. As persistentes disputas territoriais, o intrínseco sentimento nacionalista, os legados sangrentos e dolorosos dos conflitos intrarregionais, os movimentos separatistas que desafiam a integridade territorial e os problemas socioeconômicos enfrentado pelos países da região conformam uma arcabouço geopolítico adverso para a estabilidade regional e, por conseguinte, para a conformação de uma estrutura institucional que possa contribuir para a mitigação ou a superação desses desafios. A crescente competição estratégica entre a China e os Estados Unidos encontra na Ásia do Leste o exemplo mais ilustrativo dos efeitos perniciosos para o estreitamento das relações entre os Estados da região.

Na ordem global hodierna, em que se redesenha um mundo cada vez mais asiocêntrico, ainda parece bastante incerta a possibilidade de superar as atribuições geopolíticas e as hostilidades interestatais de forma coerente, com vistas a ressignificar e avançar as propostas em prol do regionalismo e de uma institucionalização mais formal e adensada. No entanto, as adversidades enfrentadas pelo regionalismo da Ásia do Leste não implicam necessariamente a impossibilidade de construir mecanismos de cooperação mais amplos, complexos e eficientes, que possam conduzir, futuramente, a uma comunidade de Estados. O estabelecimento de uma arquitetura regional multilateral, embora árduo e complexo, poderia contribuir para a edificação de uma comunidade na Ásia do Leste. A institucionalização, conforme revelam as experiências regionais em outras partes do mundo, mostra-se eficaz para reforçar a confiança mútua entre os Estados, promover o diálogo e a cooperação mediante esforços conjuntos para dar soluções para os desafios comuns que se apresentam na ordem regional e global.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. **The making of Southeast Asia: International relations of a region.** Cornell University Press, 2013.

_____. Who Are the Norm Makers-The Asian-African Conference in Bandung and the Evolution of Norms. **Global Governance**, v. 20, n. 3, p. 405-417, 2014.



_____. Studying the Bandung Conference from a Global IR perspective. **Australian Journal of International Affairs**, v. 70, n. 4, p. 342–357, 2016

AMPIAH, K. **The dynamics of Japan's relations with Africa: South, Tanzania, and Nigeria**. London: Routledge, 1997.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

BEESON, M.; LEE-BROWN, T. The future of Asian regionalism: Not what it used to be?. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 4, n. 2, p. 195-206, 2017.

CHOONG, W. The Breakdown in Japan–South Korea Relations. In: **Asia-Pacific Regional Security Assessment 2020**. Routledge, p. 87-102, 2020.

COSTA, W.M. **Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 2013.

GOH, E. **The struggle for order: Hegemony, hierarchy, and transition in post-cold war East Asia**. Oxford University Press, 2013.

HE, K. Role conceptions, order transition and institutional balancing in the Asia-Pacific: a new theoretical framework. **Australian Journal of International Affairs**, v. 72, n. 2, p. 92–109, 2018.

HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto internacional**, v. 17, n. 1, p. 23, 1995.

IKENBERRY, G. John. Between the eagle and the dragon: America, China, and middle state strategies in East Asia. **Political Science Quarterly**, v. 131, n. 1, p. 9-43, 2016.

KEOHANE, R. Neoliberal institutionalism. In: HUGHES, Christopher W.; LAI, Yew Meng (Ed.). **Security studies: A reader**, p. 157-64, 2011.

KIM, S. S. Regionalization and regionalism in East Asia. **Journal of East Asian Studies**, v. 4, n. 1, p. 39-67, 2004.

LAKE, D. A. Beyond anarchy: The importance of security institutions. **International Security**, v. 26, n. 1, p. 129-160, 2001.

LAKE, D. A.; MORGAN, P. M. **Regional orders: Building security in a new world**. Penn State Press, 2010.

LUMUMBA-KASONGO, T. Rethinking the Bandung conference in an Era of ‘unipolar liberal globalization’ and movements toward a ‘multipolar politics’. **Bandung: Journal of the Global South**, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2015.

PETRI, P.A.; PLUMMER, M. RCEP: a new trade agreement that will shape global economics and politics. **Brookings**. 16 de novembro de 2020. Disponível em:



<<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2020/11/16/rcep-a-new-trade-agreement-that-will-shape-global-economics-and-politics>>. Acesso em 25.09.2021.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SHAMBAUGH, D. **Where Great Powers Meet: America and China in Southeast Asia**. Oxford University Press, 2020.

SIMÕES, T. H. N. Soberania, poder e território: O caso do Sudeste Asiático. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 30, p. 422-437, 2020.

STUDWELL, J. **How Asia works: Success and failure in the world's most dynamic region**. New York: Grove Press, 2013.

WALT, S.M. **The Hell of Good Intentions: America's Foreign Policy Elite and the Decline of U.S. Primacy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

YEO, A.I. Overlapping regionalism in East Asia: determinants and potential effects. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 18, n. 2, p. 161-191, 2018.